

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CENTRO DE ESTUDOS

1988

2º CONCURSO PARA PROCURADOR DO MUNICÍPIO

PROVA INICIAL

DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª QUESTÃO: (40 pontos)

Lei ordinária do Estado do Rio de Janeiro entrou em vigor determinando que, numa faixa de 15 metros, às margens dos cursos d'água estaduais, não poderiam ser erguidas construções permanentes, cometendo aos Municípios o encargo de prover a observância da norma em suas respectivas circunscrições, obrigando a demolição, total ou parcial, daquelas edificações que a contravenham, salvo se a administração considerar que, por sua precariedade e por motivos de relevante interesse social, poderão ser toleradas transitoriamente.

Um Prefeito, ao tomar conhecimento da nova lei e de sua vigência pelo Diário Oficial, solicita a sua Procuradoria Geral que lhe esclareça, justificadamente, os seguintes pontos:

1.a – Devem assumir, os Municípios, de imediato, os encargos e os serviços cometidos pela nova lei?

1.b - Estende-se, a aplicação da lei, aos trechos dos cursos d'água estaduais que percorram zona urbana?

2ª QUESTÃO: (40 pontos)

Determinado imóvel, situado em favela, foi adquirido pelo Município através de desapropriação, para o fim de construção de uma escola. Ao lado desse imóvel se encontra instalada uma entidade beneficente, a qual presta serviços gratuitos de ambulatório médico aos favelados, pelo que foi declarada de utilidade pública para gozar de favores especiais, tais como isenção tributária, transferências orçamentárias, etc. Por falta de verba, a intenção de construir a escola foi abandonada, levando a entidade beneficente a solicitar lhe fosse cedido o uso do imóvel, para aumentar suas instalações, ficando a propriedade sobre elas integrada no patrimônio do Município. O Município faz a cessão, sob a condição resolutive de permanente gratuidade no atendimento. Essa cessão é válida? Justificar e dizer quais as conseqüências possíveis.

3ª QUESTÃO: (40 pontos)

Determinada pessoa é proprietária de uma gleba e requer a aprovação de projeto para a parcelar em lotes. A autoridade urbanística nega aprovação para esse projeto e determina que o proprietário siga outro, o qual ela entende que melhor satisfaz ao interesse da cidade. Dita autoridade possui competência para tanto? Justificar.

4ª QUESTÃO: (40 pontos)

Uma empresa deseja utilizar, para estacionamento remunerado, um terreno de marinha. Quais os órgãos que deverão manifestar-se para que a empresa possa, ali, exercer a atividade pretendida?

OBS.: TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª QUESTÃO: (40 pontos)

Dissertar sobre “Jurisdição, ação e processo”.

2ª QUESTÃO: (20 pontos)

Em ação regressiva proposta pelo Município do Rio de Janeiro contra funcionário seu que, culposamente, causara danos a terceiros, a sentença impôs ao Réu o pagamento da importância a ser despendida pelo Autor no cumprimento da sentença proferida na ação anterior proposta pelo lesado.

O servidor, ao tomar ciência da sentença, fez o pagamento da importância da condenação que lhe fora imposta, supondo que, assim, melhoraria sua posição no inquérito administrativo a que respondia pelo evento causador do dano e, ainda no prazo legal, recorreu da sentença.

O lesado, no 33º dia após a publicação da sentença, também apelou, dizendo-se terceiro prejudicado, pois ainda não recebera a indenização, já que o respectivo precatório aguardava a vez para ser pago.

Com que fundamentos será possível ao Município opor-se ao conhecimento das apelações?

3ª QUESTÃO: (20 pontos)

Juntado certidão do trânsito em julgado de sentença penal condenatória de A, B ajuíza na cível ação de cognição, requerendo a condenação de A ao pagamento de indenização pelos danos resultantes do ilícito penal. Deve o juiz admitir a ação?

4ª QUESTÃO: (20 pontos)

Como se argúi a incompetência do juiz na ação cautelar?

OBS: TODAS AS RESPOSTAS DEVERÃO SER FUNDAMENTADAS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª QUESTÃO: (30 pontos)

É possível aos Estados e Municípios editar leis que estabeleçam o regime jurídico dos servidores admitidos em serviços de caráter temporário ou contratados para funções de natureza técnica especializada?

2ª QUESTÃO: (40 pontos)

Nas disposições finais da constituição de um estado, incluiu-se dispositivo com a seguinte redação:

“Nas cidades litorâneas, exceto a Capital, não serão permitidas edificações a menos de cem metros de distância do cais ou do limite a que atingirem as mais altas marés, limitando-se o gabarito, nessa faixa, ao máximo de três pavimentos”.

Manifeste seu entendimento sobre a constitucionalidade ou não do supra transcrito dispositivo.

3ª QUESTÃO: (30 pontos)

Pode a lei municipal vedar a propaganda de bebidas alcoólicas e fumo nos painéis publicitários (“outdoors”) visíveis de vias públicas?

Obs.: TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

1ª QUESTÃO: (30 pontos)

Decaindo o proprietário, em ano e dia, do direito de promover o fechamento de janelas abertas, pelo vizinho, a menos de metro e meio do muro divisório dos imóveis confrontantes, está, por isso, extinto o seu direito de construir no seu terreno, com altura bastante para prejudicar a iluminação e a ventilação que passaram a beneficiar o imóvel contíguo, em razão de tais janelas?

2ª QUESTÃO: (40 pontos)

A sociedade por cotas de responsabilidade limitada Latinopesca Ltda, tem apenas três sócios e, de acordo com o contrato social, as cotas são intransferíveis.

Ocorre, no entanto, que um dos sócios vem a se tornar insolvente, motivo pelo qual os seus credores o consultam quanto às alternativas de que dispõem para realizar os respectivos créditos.

Perguntam:

- a) podem requerer a falência de Latinopesca Ltda.?
- b) podem pedir a penhora das cotas do sócio insolvente?

c) que outras providências poderiam adotar?

3ª QUESTÃO: (30 pontos)

CAIO vivia em concubinato com FLÁVIA e, no curso da vida em comum, prometeu, por meio de instrumento público, doar a esta um imóvel.

Extinto o concubinato, CAIO convolveu a núpcias com CLÁUDIA.

FLÁVIA propôs, então, em face do ex-amásio, a competente ação para obter a outorga da escritura definitiva de doação.

Poderá ser-lhe favorável a decisão?

DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª QUESTÃO: (40 pontos)

A Administração de certo Município, a fim de captar recursos para melhorar o funcionamento dos serviços médicos mantidos pela Prefeitura, destinados ao atendimento da população de baixa renda de sua zona rural, obteve a edição de lei que cria uma Taxa de Serviços Médicos, definindo:

- a) como contribuintes da Taxa, os proprietários ou possuidores de imóveis situados no território do Município;
- b) como base de cálculo da taxa, o valor venal dos mesmos imóveis.

Examinar a juridicidade da lei. Citar os dispositivos constitucionais e legais aplicáveis.

2ª QUESTÃO: (60 pontos)

Suponha que a Lei Complementar Federal nº ABC, publicada em 1º de dezembro de 1987, teria majorado as alíquotas máximas do imposto sobre serviços de qualquer natureza prevendo, no seu artigo “Z”, que essa Lei estaria em vigor no dia 1º de janeiro de 1988.

Certo Município editou o Decreto nº XYZ, publicado no dia 10 de dezembro de 1988, para vigorar a partir de 1º de janeiro de 1988, aumentando as alíquotas do imposto de que se trata até os limites máximos previstos na citada lei complementar.

Pergunta-se:

Qual a opinião do candidato sobre a constitucionalidade:

- a) das disposições do Decreto nº XYZ;
- b) da cobrança, a partir de 1º de janeiro de 1988, do imposto majorado.

Citar as normas de direito aplicável.